



GT 039. Feiras, mercados, capitais e potencialidades

Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM) - Coordenador/a,
Lídia Maria Pires Soares Cardel (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a

objetivo deste GT ? refletir sobre os processos produtivos, as dinâmicas interativas, as unidades familiares de produção da agricultura rural e urbana, bem como as especificidades de seus locais de mercado. Compreendemos que os procedimentos de produção, consumo e distribuição de alimentos dialogam com os aspectos da vida cotidiana voltados para os hábitos alimentares, para o saber/fazer na transformação dos alimentos, como também, para as diversas formas de trabalho humano na relação com a terra, com o bioma e com os bens da natureza. Neste sentido, entendemos que as estruturas conceituais que separavam as sociabilidades urbanas e rurais devem ser revistas para que novos constructos analíticos possam emergir. Em suma, esperamos estabelecer um diálogo objetivo e subjetivo que permeie os vários processos produtivos, de circulação e de consumo de bens e processos gerados pelo modo de produção familiar. Pretendemos, igualmente, agregar estudos que pensem novas opções e ferramentas teórico-metodológicas para refletir acerca das feiras como lugares de mercados variados em que muitos capitais circulam (econômico, cultural, político, de conhecimento e outros) e nos quais muitas dinâmicas se processam simultaneamente, fazendo deste um espaço repleto de significados e potencialidades.

A utilização de sistemas de certificação participativa como ferramenta de organização da produção e de fomento de mercados consumidores locais.

Autoria: David Ivan Rezende Fleischer

Os sistemas participativos de garantia (SPG), também conhecidos como processos de certificação participativa, têm modificado as relação de agricultores com a terra e com os consumidores. SPGs em diferentes locais do Brasil têm contribuído para o fomento da agroecologia e da agricultura orgânica, para a organização de novas feiras agroecológicas e para uma real aproximação entre produtores e consumidores. Os SPGs têm fortalecido mercados locais e a organização de agricultores, que agora trabalham coletivamente para a manutenção de sua certificação. Tendo como base um recente estudo de campo dos processos de certificação participativa e comercialização de duas redes de agroecologia ? a Rede Ecovida, da região sul do Brasil, e a Rede Povos da Mata, da Bahia ? este artigo discute como o SPG tem fomentado o desenvolvimento de mercados consumidores locais e estruturado novos processos produtivos. Os SPGs dessas redes promovem a agroecologia como principal processo produtivo, ajudando a organizar grupos de agricultores interessados em fazer a conversão da agricultura convencional para uma produção orgânica e ecológica. Essas redes também têm um papel fundamental em organizar e consolidar estratégias de comercialização, que incluem feiras, pontos de venda, entrega direta (CSA) e acesso a mercados institucionais (PAA e PNAE). Os processos de verificação entre pares e a exigência de cumprimento de regras básicas de produção por todos os envolvidos, auxilia na organização de coletivos de agricultores e fortalece a agricultura familiar. Esses grupos de agricultores também têm dado mais sustentabilidade a feiras no interior do Brasil. Organizados coletivamente, os agricultores conseguem estruturar de forma eficiente a produção, o transporte e a venda. O artigo também discute os custos sociais do SPG em termos de comprometimento e concessões que agricultores e consumidores precisam fazer para que esse processo coletivo de produção e comercialização funcione.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**